

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Instituto de Artes

NATHÁLIA OLIVEIRA SILVA

SUA FACULDADE É PÚBLICA PRA QUEM?
UNIVERSIDADE PÚBLICA E OS TRABALHADORES QUE
TENTAM INTEGRÁ-LA

SÃO PAULO
2024

NATHÁLIA OLIVEIRA SILVA

SUA FACULDADE É PÚBLICA PRA QUEM?
UNIVERSIDADE PÚBLICA E OS TRABALHADORES QUE
TENTAM INTEGRÁ-LA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para a obtenção da licenciatura em Artes Visuais sob a orientação de Profª Drª Rita Luciana Berti Bredariolli e com a coorientação de Me. Levi Fernando Lopes Vieira Pinto.

São Paulo - SP
2024

Ficha catalográfica desenvolvida pelo Serviço de Biblioteca e Documentação do
Instituto de Artes da UNESP. Dados fornecidos pelo autor.

S586s Silva, Nathália Oliveira (Nathz), 2000-

Sua faculdade pública é pra quem? : universidade pública e os
trabalhadores que tentam integrá-la / Nathália Oliveira Silva. -- São Paulo,
2024.

46 f. : il. color.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rita Luciana Berti Bredariolli.

Coorientador: Prof. Me. Levi Fernando Lopes Vieira Pinto.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Artes Visuais) –
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Artes.

1. Universidades e faculdades públicas - História. 2. Estudantes
universitários. 3. Trabalhadores-estudantes. 4. Evasão universitária. I.
Bredariolli, Rita Luciana Berti. II. Pinto, Levi Fernando Lopes Vieira, 1991-.
III. Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes. IV. Título.

CDD 378.05

Bibliotecária responsável: Catharina Silva Gois - CRB/8 11323

NATHÁLIA OLIVEIRA SILVA

SUA FACULDADE É PÚBLICA PRA QUEM?
UNIVERSIDADE PÚBLICA E OS TRABALHADORES QUE
TENTAM INTEGRÁ-LA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para a obtenção da licenciatura em Artes Visuais sob a orientação de Profª Drª Rita Luciana Berti Bredariolli e com a coorientação de Profº Levi Fernando Lopes Vieira Pinto.

Trabalho de conclusão de curso aprovado em: 19/11/2024

Banca Examinadora:

Profª Drª Rita Luciana Berti Bredariolli
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” — Orientadora

Me. Levi Fernando Lopes Vieira Pinto
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” — Coorientador

Victória Bispo - Examinadora
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” — Bacharel em
Artes Visuais

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho (e todo esforço até agora) são dedicados à Adriana e Angelita; obrigada por terem sacrificado tanta coisa para que eu chegasse até aqui...é tudo por vocês.

“Aos olhos da sociedade e da carteira de trabalho, eu não sou formalmente um trabalhador. Estagio gratuitamente de maneira obrigatória pela faculdade para me formar, e faço uns bicos com minha arte aqui e ali. De resto, minha mãe trabalha por nós duas, também de maneira informal, e todos os dias treme em pensar nas estruturas frágeis que nos apoiam, desabando por terra com a menor inconveniência que surgir. O futuro é sempre incerto, estou sempre pronta para trancar tudo e voltar correndo pra casa, e o conforto é desconhecido para mim. Dependo imensamente do bandeirão da minha universidade para me alimentar, e às vezes o estágio tira a oportunidade de almoçar de mim (pois não tenho dinheiro para comer uma refeição fora do bandeirão), resultando em alguns dias de jejum indesejáveis. Estou constantemente doente, com a imunidade baixa, e magra.”

“É um lixo você ter que fazer um malabarismo entre um aprendizado que gere frutos e uma renda (normalmente de estágio) que permita que você consiga se manter. Eu ainda tive ajuda dos meus pais com despesas maiores, e quem não tem?”

“Não tenho tempo e saúde psicológica como a maioria dos alunos da UNESP para me dedicar totalmente a universidade, a carga de leitura e a pesquisa que é cobrada no ambiente universitário. É possível trabalhar estudando de noite mas, saindo do campus às 23hrs, chego sempre depois das 00hrs em casa e tenho que acordar cedo no dia seguinte, sendo muito cansativo e eu não tenho uma rotina em que tenho certeza que vou conseguir dormir ou fazer uma refeição completa todos os dias.”

Esse trabalho também é para cada um de nós.

Continuem firmes.

RESUMO

Através de uma análise da história das instituições de ensino superior públicas e de relatos de graduandos e ex-alunos (incluindo a autora) que ao longo do curso foram “excluídos” por não conseguirem dedicar-se somente à jornada acadêmica, esta monografia é uma pequena revolta e canal para expor todos os momentos em que a própria estrutura universitária buscou firmar para esses trabalhadores que o ambiente da faculdade - em especial as universidades públicas - nunca irá pertencer à eles caso trabalhar continue sendo uma necessidade para sobreviver e não apenas um luxo que possamos escolher deixar de lado. O presente texto é uma fonte de desabafos, reflexões, exposição e talvez mais perguntas para que ao fim seja possível responder: a sua universidade pública é pra quem?

PALAVRAS CHAVE: universidade pública; estudantes; trabalhadores; andragogia; classe trabalhadora.

ABSTRACT

Through an analysis of the history of public higher education institutions and reports from graduates and former students (including the author) who throughout the course were “excluded” for not being able to dedicate themselves solely to the academic journey, this monograph is a small revolt and channel to expose all the moments in which the university structure itself sought to establish for these workers that the college environment - especially public universities - will never belong to them if working continues to be a necessity to survive and not just a luxury that we can choose to set aside. This text is a source of rants, reflections, exposition and perhaps more questions so that in the end it is possible to answer: who is your public university for?

KEYWORDS: public university; students; workers; andragogy; working class.

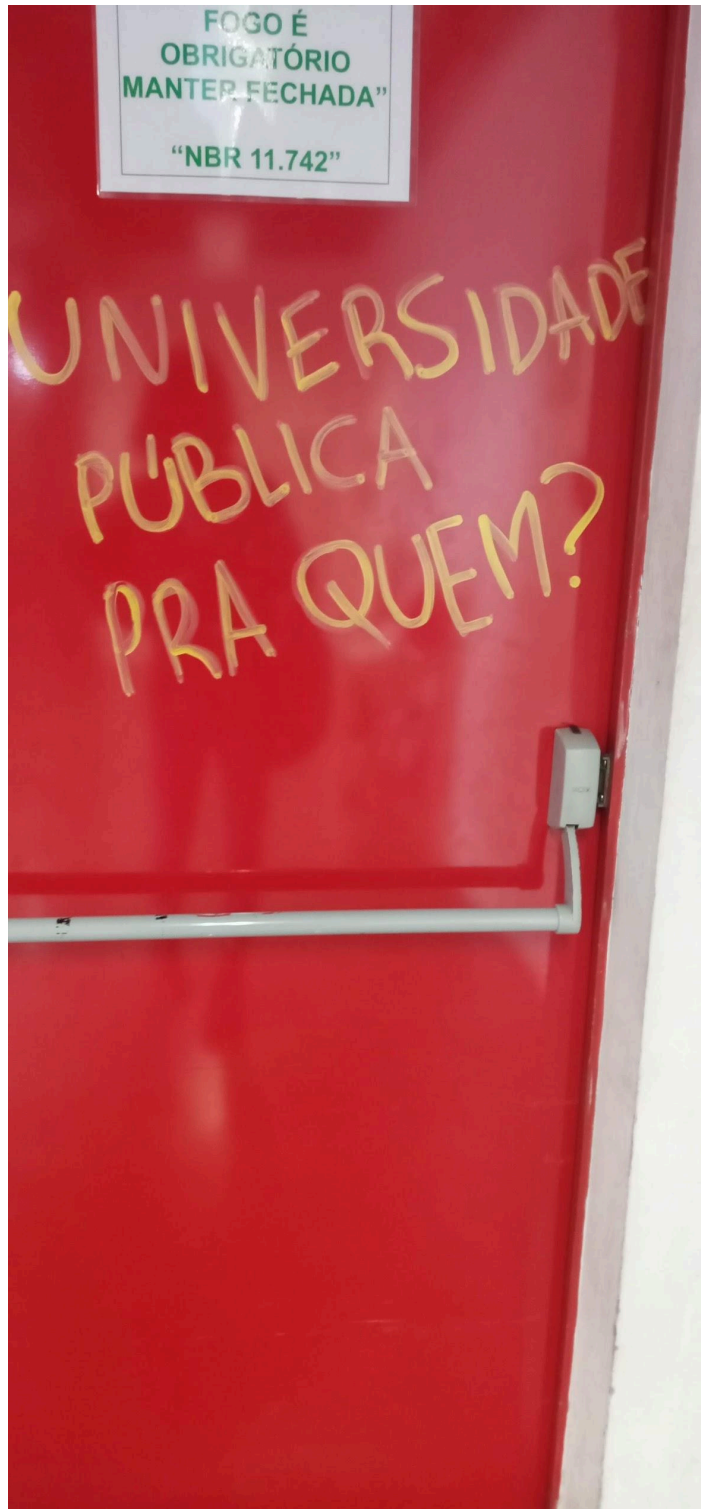
LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - Fotografia sem título -----	9
Imagem 2 - Mapa: expansão e desconcentração das universidades federais -----	18
Imagem 3 - Fotografia sem título -----	23
Imagem 4 - Fotografia sem título -----	35
Imagem 5 - Fotografia sem título -----	41

SUMÁRIO

1 Introdução -----	10
2 Pra quem é sua universidade pública? -----	13
3 Pobres, trabalhadores e estudantes -----	21
4 A quem interessa excluir? -----	31
5 A hipocrisia educacional -----	34
6 É de todos nós -----	37
7 Considerações finais -----	40
Referências -----	45

Imagem 1 - Fotografia sem título.



Fonte: Autora, 2024.

1 INTRODUÇÃO

“Como assim esse pessoal sai mais cedo? Trabalhar no horário de faculdade?”; “Não tenho obrigação de gravar aula pra quem trabalha, se não está aqui é porque não se interessa”; “Não, vocês estão escolhendo priorizar o trabalho. Se vai conflitar com o curso, talvez seja o caso de trancar”.

Esta dissertação começa sendo escrita com muito ressentimento e em algum nível, até mesmo raiva. Mas porquê escrever um trabalho assim? Porquê reforçar lembranças que amargam a boca e saem tão pesadas pelos dedos? Talvez, porque esse seja o único jeito de curar. Porque no fim das contas, quero usar o espaço (que tanto tentou me expelir) para gritar e quem sabe, fazer com que outros comecem a falar também.

O objetivo ao escrever cada parte desse trabalho é refletir sobre os mecanismos de exclusão e micro agressões que alunos da classe trabalhadora precisam enfrentar durante a graduação em uma universidade pública, seja no curso de Artes Visuais da UNESP, seja em qualquer outro curso ou instituição de ensino. A intenção que rege esse “remexer de feridas” que ocorreu conversando com diversos discentes de grandes faculdades públicas e também revisitando minhas próprias histórias e dores é pensar a quem interessa esse projeto de desmotivar e afastar jovens adultos de classe baixa dos centros de ensino superior públicos.

Se você trabalha e não pode vir às aulas, não deveria estar na faculdade”; “nós não podemos mudar a aula só porque você tem que trabalhar”; “sei que alguns aqui precisam trabalhar, mas se você precisa se dedicar à um emprego agora e a faculdade não vai ser sua prioridade...talvez vocês devessem considerar fazer o curso em algum outro momento.

Relatos de entrevistados, coletados pelo autor entre julho e setembro de 2024.

Essa pesquisa é resultado da união do conhecimento empírico com levantamento bibliográfico para entender mais profundamente quais são as raízes desse projeto de exclusão e como um lugar que apresenta tantos discursos inclusivos pode ferir tão constantemente uma parcela tão grande de seu corpo estudantil. Foram feitas diversas entrevistas entre os meses de julho e outubro de 2024 com estudantes e ex-discentes/trabalhadores que viveram a experiência da universidade pública (em sua maioria, a UNESP) unida ao mercado de trabalho tradicional e foi assustador perceber uma agressão de mão dupla que essas pessoas sofrem (e assim me dar conta de quantas vezes eu mesmo estive nesse lugar).

Como um de meus entrevistados disse: “Aos olhos da sociedade, e da carteira de trabalho, eu não sou formalmente um trabalhador”, mas parece que aos olhos de uma boa

parte da Academia também não estamos em posição de sermos vistos como estudantes, justamente por diante desses olhos “superiores” sermos definidos apenas por nossa necessidade de trabalhar (que é uma consequência do local social no qual estamos inseridos).

Foram usados para embasar as reflexões aqui propostas autores clássicos, principalmente Bordieu e além dele, Darcy Ribeiro e Ailton Krenak. Também foram usadas análises contemporâneas de influenciadores digitais que compartilham sua realidade na universidade enquanto pessoas de baixa renda e que cada vez mais trazem esse tópico para discussão aos olhos do grande público.

Além de uma necessidade de expor e discutir tantos desrespeitos ligados à questão de classe que devem e necessitam ser encontrados e reparados dentro dessa estrutura, essa tese é também uma forma de restaurar meu sonho de finalizar a faculdade e uma maneira de curar e ressignificar os seis anos passados no Instituto de Artes, usando desse amargor para lembrar que a educação sempre será uma resistência e que é preciso lutar para que esse espaço não seja levado de nós.

Venho de uma família onde a faculdade era terra desconhecida. Minha avó, uma mulher de quase 70 anos que trabalhou desde a infância e que só pôde estudar até a quarta série, fez o possível para que seus filhos tivessem a melhor educação possível. Meu tio, chegou até a quinta série e minha mãe, que trabalha desde os 14 anos de idade, conseguiu concluir um ensino médio técnico - porém a universidade ainda era algo distante. Garantir alimento, casa, roupas etc sempre foram o principal e o ensino superior nunca coube nessa lista.

Cresci tendo o estudo como prioridade. Ouvindo como esse era o caminho para ter uma vida digna, um bom emprego, vendo as mulheres que me criaram fazerem seu melhor para que eu tivesse a educação como o ponto principal de minha vida...para que minha jornada fosse melhor que a daqueles aqueles que vieram antes de mim. Mas faculdade era um mundo para o qual eu não tinha referência. Imaginava aqueles lugares que vemos nos filmes estadunidenses, que precisaria juntar muito dinheiro para conseguir pagar

um nível de educação que até então era inédito no meu meio familiar. Descobrir a universidade pública foi uma nova esperança e ser a primeira de minha família a acessar esse lugar foi um orgulho enorme.

Lembro que ao contar à minha mãe que tinha passado no vestibular, a primeira coisa que ouvi foi “não vai ter que pagar nada, né?”. Lembro da sensação extrema de alívio ao saber que poderia me especializar em algo que gosto sem precisar gastar um dinheiro que não tinha e da sensação de deslumbre ao pisar na UNESP pela primeira vez. Até mesmo a ideia de estagiar em minha área era algo que parecia um grande sonho.

Entretanto, abri esta pesquisa não com minhas palavras ou pensamentos e com certeza, não com esses sentimentos iniciais. Escolhi começar essa pesquisa/biografia/reflexão com frases que escuto em sala de aula desde meu primeiro mês dentro do Instituto de Artes. Palavras que inicialmente eram direcionadas aos colegas de classe que nunca podiam chegar no horário porque eles tinham um trabalho para cumprir; colegas que viviam sozinhos e que, por isso, precisavam sair mais cedo para garantir sua renda mensal. E com o tempo, quando minhas próprias necessidades me levaram ao mercado de trabalho tradicional, essas falas passaram a ser direcionadas a mim também.

E depois da décima vez ouvindo que “a faculdade não é pra quem trabalha” ou que “você não deveria estar aqui se não consegue se dedicar 100% à universidade”, me peguei refletindo...afinal, essa universidade é pública, mas pra quem? Como um lugar que deveria acessibilizar o ensino superior e receber também pessoas de classe trabalhadora não consegue aceitar pessoas que têm a necessidade de estar em estágios remunerados ou em vagas CLT? E principalmente, como um lugar tão inflado em discursos progressistas e inclusivos se perde tão facilmente em uma exclusão descarada e envolta em elitismo?

São esses questionamentos e acima de tudo, a revolta, que motivam este texto e o desejo enorme de trazer para discussão: para quem é esse espaço e a quem interessa nos excluir dele?

2 PRA QUEM É SUA FACULDADE PÚBLICA?

Não consegui comprar metade dos materiais necessários para aprender, não tinha tempo de ficar no ateliê treinando ou estudando, por causa disso e do meu autismo não tive nenhum vínculo profundo com a universidade ou pessoas.

No 4º ano desiludida com o bacharelado, as técnicas que não aprendi por não ter tido tempo hábil desisti desta modalidade, seguindo somente com a Licenciatura.

Não vou mentir que não tive raiva diversas vezes, tive crises de meltdown por exaustão, chorava nos intervalos de aula no banheiro, voltei chorando no trem querendo nunca mais voltar.

O IA foi um ambiente muito hostil para mim.

Relato colhido em entrevista - realizada entre julho e outubro de 2024.

Para entender a universidade pública de hoje e quais interesses a moldam, é importante olhar para a história das instituições de ensino superior no Brasil - sua criação, desenvolvimento, qual o projeto por trás desses locais, quem comanda o que acontece ali e principalmente, qual parcela social ela foi criada para atender.

A educação superior brasileira caminhou de maneira muito lenta, principalmente quando comparada com os países da América espanhola. Os primeiros centros com cursos de ensino superior foram as escolas jesuítas, já na década de 1550 onde eram oferecidas aulas de filosofia, artes e teologia para órfãos portugueses e também filhos de colonos, entretanto essas escolas não eram o que conhecemos hoje nesse nível de especialização e nem tinham um enfoque na formação para além do aspecto evangelizador. Uma discussão real sobre universidades e uma movimentação sobre o tema começou a de fato dar pequenos passos a partir de 1808 com a chegada da família real portuguesa, mas os cursos oferecidos restringiam-se às funções decorrentes da ocupação lusitana no país (focadas em questões militares, medicina e às navegações) e mesmo com a presença desses ensinamentos, não existia uma Universidade enquanto instituição - todos os centros de cursos superiores funcionavam sem integração entre si.

Até a proclamação da república em 1889, o ensino superior desenvolveu-se muito lentamente, seguia o modelo de formação dos profissionais liberais em faculdades isoladas, e visava assegurar um diploma profissional com direito a ocupar postos privilegiados em um mercado de trabalho restrito além de garantir prestígio social. (MARTINS, 2002. P. 1.)

Enquanto outros países latino americanos, colonizados pela Espanha por exemplo, já tinham faculdades em seus territórios seguindo os moldes europeus; para Portugal, era necessário manter uma relação de dependência e dominação cultural entre o Brasil colônia e as Universidades portuguesas. Desde os primórdios, a estrutura e finalidades

do ensino superior brasileiro foi moldado e guiado pelas pautas e interesses do Estado e daqueles que compunham a elite.

O Brasil constitui uma exceção na América Latina: enquanto a Espanha espalhou universidades pelas suas colônias – eram 27 ao tempo da independência – Portugal, fora dos colégios reais dos jesuítas, nos deixou limitados as Universidades da Metrópole: Coimbra e Évora. (Teixeira, 1976, p. 244)

É importante ressaltar que o público acessando esses centros de ensino - tanto jesuítas, quanto Instituições portuguesas - eram os filhos (homens) de senhores de engenho, funcionários públicos, criadores de gado e outros “postos” da alta classe. Não havia uma discriminação entre os estudantes portugueses e brasileiros, uma que vez que os últimos não eram vistos como estrangeiros, mas sim como “portugueses nascidos no Brasil” e para os mais abastados fazia sentido que os mesmos buscassem qualificações na Europa.

As chamadas “escolas superiores” e a necessidade de acessar as faculdades portuguesas mantiveram-se por um longo período, uma vez que existiam grandes discordâncias entre as camadas mais altas da sociedade acerca da criação de institutos superiores em terras brasileiras, mas vale dizer que nesse período todos esses lugares eram públicos e embora os centros não fossem ligados entre si, ainda assim a Coroa (mais tarde o governador da província) decidia o que era trabalhado.

Apenas em 1920, através do Decreto 14.343, foi estabelecida oficialmente a primeira universidade brasileira, sendo ela a “Universidade do Rio de Janeiro”, uma justaposição de diversas escolas politécnicas que já existiam anteriormente. Alguns estudiosos dizem que essa criação ocorreu devido à necessidade de conceder o título de doutor *honoris causa* ao rei da Bélgica que estaria visitando o país em breve e essa honraria só poderia ser dada por uma Universidade.

Por mais de um século o país viveu a experiência de ensino superior sem a presença de uma universidade. É através da Reforma Carlos Maximiliano, por meio do Decreto n. 11.530, de 1915, que se dispõe legalmente a respeito da Instituição de uma universidade e, apoiado nesse dispositivo, o Governo Federal instituiu, em 1920, a primeira universidade do Brasil, a Universidade do Rio de Janeiro. (COELHO; VASCONCELOS, 2009. Pág. 10.)

O próximo grande marco para o ensino superior no país veio em 1931, quando a chamada “Reforma Francisco Campos” foi aprovada pelo mesmo que na época era Ministro da Educação e Saúde do governo Vargas. Todas as instituições de ensino deixavam de ser corpos “isolados” e deviam integrar-se nessa nova estrutura; nesse período, também deu-se um grande foco na formação de profissionais da educação trabalhar no ensino secundário o que trouxe para as Universidades a preocupação de dar ênfase nessa área de ensino, tendo

cursos destinados à formação de professores especialistas. Nessa reforma, pode-se evidenciar também:

A universidade poderia ser oficial, ou seja, pública (federal, estadual ou municipal) ou livre, isto é, particular; deveria, também, incluir três dos seguintes cursos: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras. Essas faculdades seriam ligadas, por meio de uma reitoria, por vínculos administrativos, mantendo, no entanto, a sua autonomia jurídica. (Oliven, 2002, p. 3.)

Nessa época, houve um desconforto entre o ministro e a Associação Brasileira de Educação (ABE) que na década anterior havia dado reconhecimento para a abertura da Universidade do Rio de Janeiro. Isso ocorreu pois o foco dado à educação básica pelo governo ia contra o desejo da Entidade de que a base das faculdades fossem atividades de estímulo à pesquisa científica, algo que tinha se tornado centro do pensamento acadêmico. O foco até então tinha deixado de ser simplesmente formar profissionais, mas queria-se criar centros de pesquisa pelo chamado “saber desinteressado”, um pensamento vindo dos centros universitários europeus.

Ainda na década de 1930, tivemos a criação de mais duas instituições públicas de ensino superior. A primeira Universidade do Distrito Federal (UDF) - que tinha um ideal muito mais voltado para o desejo da ABE de “pesquisa científica e cultural desinteressada”, mas que foi extinta em 1939 por falta de apoio do Governo e até mesmo de uma parcela da sociedade, uma vez que ela possuía um projeto de ensino “liberal”. Uma resposta da elite à UDF foi a criação da PUC, já que a própria Igreja tinha questões contra o projeto levantado pela instituição. Pode-se dizer que talvez nesse momento uma disputa entre universidades públicas e privadas instaurou-se.

Nessa época, as ideias educacionais que chegavam ao Brasil, rotuladas de “Escola Nova”, formaram uma geração de educadores ou “profissionais da educação”, responsáveis por reformas do ensino em vários estados na década de 30. Lourenço Filho, no Ceará; Anísio Teixeira na Bahia; Francisco Campos e Mario Casa Santa, em Minas Gerais; Fernando de Azevedo, no Distrito Federal. Esses educadores lutaram para que a República desse maior prioridade às questões da Educação, criticaram as universidades criadas, como a do Rio de Janeiro, e fizeram propostas de organização do Ensino Superior no Brasil para a criação de “verdadeiras universidades (Souza, 2012, p. 52.)

E na capital paulista, veio a fundação da Universidade de São Paulo (USP) - vinda do Decreto nº 6.283/34 e do movimento liderado por Fernando de Azevedo que buscava reconquistar a hegemonia política do Estado de São Paulo. Seu corpo docente, formado por professores e pesquisadores estrangeiros, formou o maior centro de pesquisa do Brasil e para diversos estudiosos da área, esse foi um ponto de virada nos rumos do ensino superior no país. A questão da universidade enquanto centro de pesquisa tornou-se

mais forte, entretanto parcial, estabelecendo-se apenas em alguns locais do país, sendo estes as regiões mais “desenvolvidas”.

A USP, apoiada nos setores produtivos do Estado de São Paulo, preocupados com a formação de novas elites após a Revolução Constitucionalista de 1932, é um dos maiores exemplos de projeto universitário que funcionou. Além do tamanho, notoriedade acadêmica e importância para o desenvolvimento do país, ela foi a primeira instituição brasileira a se basear no tripé de ensino-pesquisa-extensão. (BERNARDO, 2022.)

Todas essas mudanças citadas até o momento seguiam atendendo um mesmo tipo de público - até então apenas homens advindos das camadas mais privilegiadas da sociedade, que inclusive eram o mesmo perfil daqueles que estavam por trás da criação e modificação desses sistemas de ensino, seja por ideais próprios - caso de Anísio Teixeira, seja por desejos políticos - como foi com Fernando de Azevedo. O ensino superior até esse momento, assim como era no próprio período imperial, seguia como uma ferramenta de status e que mantinha o poder sendo passado entre aqueles que já viviam no privilégio.

Apenas em 1940 foi permitida a entrada de mulheres na universidade, em específico em faculdades de filosofia para que as mesmas se tornassem professoras do nível secundário. E nas duas décadas seguintes, com o desenvolvimento econômico e industrial que estava ocorrendo no país, cada vez mais foram ocorrendo mudanças e desenvolvimentos dentro das instituições de ensino superior, como por exemplo, a criação da lei nº 3.848 em 1961 - a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.

Essa lei, que veio reafirmar na prática o modelo tradicional de instituições de Ensino Superior existentes no Brasil, manteve a preocupação com o ensino em relação à pesquisa. Em termos organizacionais, não houve grandes interferências, dando plenos poderes ao Conselho Federal de Ensino e reforçou a centralização do sistema de Educação Superior (Oliveira, 2002.)

É muito interessante notar que as movimentações que ocorreram ao longo de toda a história do ensino superior foram geradas e pensadas focando no mercado profissional, na formação de trabalhadores e nas mudanças ocorridas no mercado brasileiro. Porém, praticamente nada se fala sobre trabalhadores que estavam também na posição de discentes e isso pode ser advindo do público para quem esse local foi feito, já que até então a faculdade - seja pública ou privada, era para jovens de classes mais altas que não tinham um emprego como necessidade ou que poderiam trabalhar nos negócios de seus familiares ou conhecidos próximos. Essa estrutura elitista parecia já ser notada na época, embora não fosse algo amplamente discutido e nem mesmo pensado como é atualmente.

A implantação da UnB e a Reforma Universitária do Brasil foram marcadas pela grande participação do movimento estudantil (UNE), que almejava acabar com o caráter elitista e ultrapassado das universidades, debatendo questões relevantes sobre estes aspectos: autonomia universitária; participação de professores e

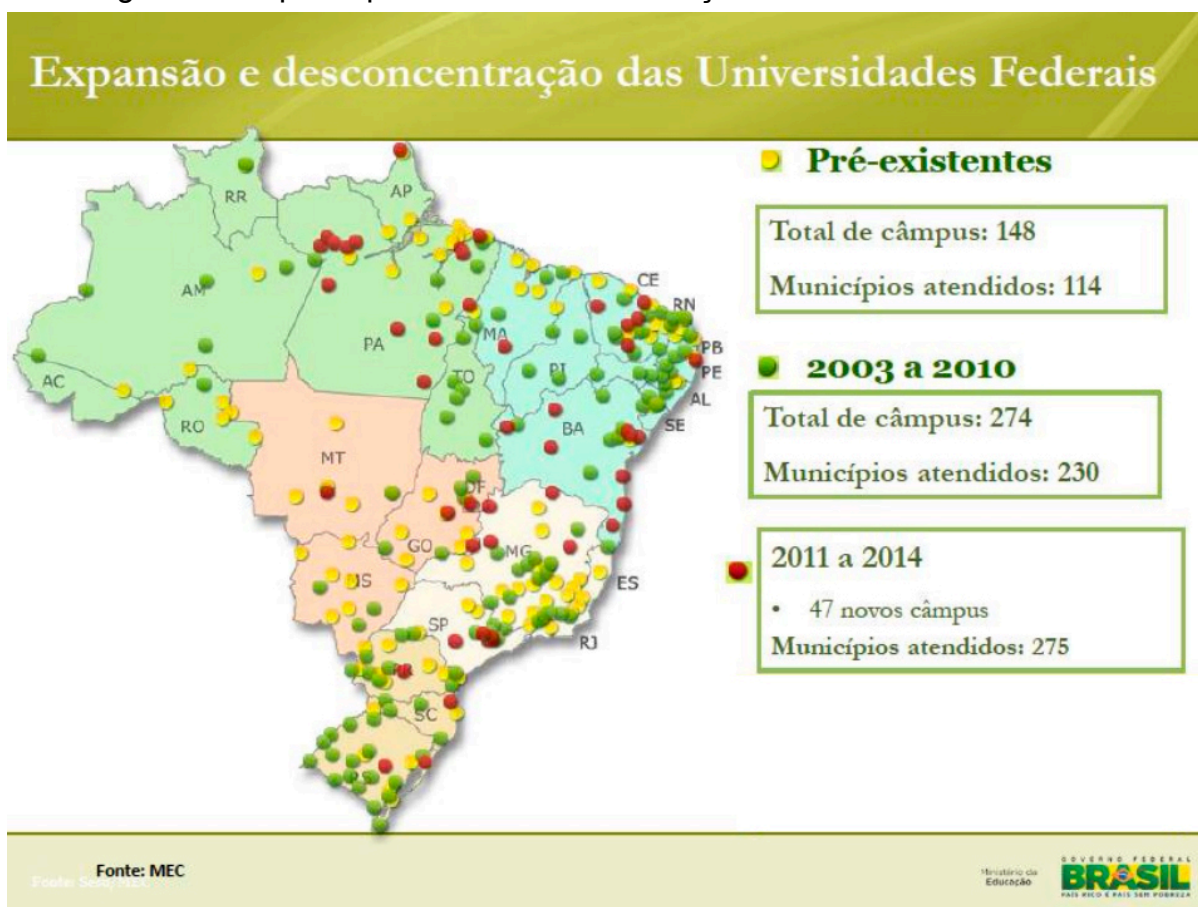
alunos na administração, seguindo o critério de proporcionalidade; dedicação exclusiva do professor universitário; ampliação das vagas em escolas públicas e currículo flexível. (Fávero, 1994 apud Fávero, 2006.)

Já no fim da década de 1960, as universidades privadas ganharam certa liderança e crescimento em relação às instituições públicas, pois as mesmas se fizeram presente no interior de estados com maior desenvolvimento e também nas áreas periféricas das grandes cidades enquanto as federais/estaduais se encontravam em locais centrais e com acesso difícil para pessoas de zonas afastadas. Essa “vantagem” mantém-se até os dias atuais, uma vez que existem certos dificultadores que fazem as pessoas de classes baixas acreditarem que uma instituição particular é mais possível que uma estadual/federal; entre esses motivos estão a própria questão de localidade, a grade de horários e possibilidade de conciliar faculdade e emprego. Apesar disso, deve-se dizer que estudantes oriundos de famílias com baixa renda não são maioria e que aqueles que saem de famílias mais ricas seguem sendo a maior parcela - tanto no ensino privado quanto público.

Entre os anos de 1960 e 1980, o ensino superior teve uma grande expansão mas durante todo esse período o setor privado continha a maior porcentagem de alunos (no fim dos anos 70, era cerca de 63% dos estudantes) e os espaços de ensino superior público foram tendo seu custo cada vez mais elevado. Nos anos seguintes, a aderência às universidades teve uma grande queda ligada à evasão dos alunos do ensino médio, que só melhorou na metade da década de 1990.

Talvez a maior mudança ocorrida durante as últimas décadas do século XX, foi o aumento da procura pelo ensino superior e esse fato se estendeu pelos anos seguintes. Entre 2002 e 2014 foi implantado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), essa medida aumentou o número de universidades federais de 45 para 63, criando campus em cidades de médio porte e em regiões até então “esquecidas” como norte e nordeste. Com isso, universidades passaram a de fato buscar atender as massas e deixaram de olhar apenas a elite, algo que era muito debatido pelo movimento estudantil já nos anos entre 1945 e 1968.

Imagem 2 - Mapa: expansão e desconcentração das universidades federais.



Fonte: MEC, 2023.

Isso continuou nos primeiros anos do século XXI. Já em 2003, com o início do governo Lula, foi instaurado o Grupo de Trabalho Interministerial que teve como trabalho analisar o sistema de ensino superior da época e criar um plano para desenvolvimento e acessibilização desse espaço. Em 2004 veio a criação do Prouni que concedia alguns tipos de bolsas para a entrada em universidades particulares e em 2010, houve o surgimento do Sisu que centraliza o processo de entrada em instituições federais através da nota do ENEM.

Já em 2013, quando foi instaurada a política de cotas que busca trazer para o espaço acadêmico grupos historicamente marginalizados como pretos, indígenas e claro, pessoas de baixa renda; antes mesmo do surgimento dessa medida, algumas faculdades públicas já possuíam esse sistema que nesse momento tornou-se obrigatório. Entretanto, deve-se notar que com essas modificações novas discussões surgiram, uma vez que o acesso ao ensino superior, especialmente o público, segue sendo desigual. Não por falta de vagas, mas pela discrepância de qualidade entre o ensino básico e médio oferecido pelo Governo para as classes menos favorecidas e aquele oferecido às elites pelas instituições

particulares. O sistema de vestibular ainda demanda daqueles que vem da periferia e de zonas desprivilegiadas um esforço muito maior, uma vez que o conhecimento necessário não é fornecido pelo sistema básico de educação.

A partir de 2016, com a tomada de poder por Temer as universidades sofreram com cortes de verbas que foram agravados no Governo Bolsonaro, além de ocorrerem alterações na forma como são elegidos os reitores das instituições públicas, um movimento que gerou questionamento na autonomia das faculdades e na interferência governamental nas mesmas. Pensando especificamente em São Paulo, pode-se olhar para os governos da última década que também tiveram uma mão pesada em ações de desmonte do ensino superior público.

Olhar para o histórico das faculdades no Brasil e a relação desses espaços com as camadas populares é quase como tentar enxergar o invisível. As taxas de acesso ao ensino superior até os anos 90 eram irrisórias, abarcando em quase sua totalidade aqueles que vieram de lugares privilegiados e as pessoas pobres só são realmente mencionadas em ações de inclusão a partir do início dos anos 2000.

De 1500 pra cá, o ensino especializante caminhou devagar e com diversas mudanças, tendo sua implementação impedida por anos pela necessidade de Portugal em manter sua colônia atrasada. Só houve algum avanço com quando a corte portuguesa chegou ao Brasil e poderia se valer de uma parcela da população (abastada) sendo preparada para os servirem e desde então os rumos e a ocupação da universidade são feitos pela elite para elite. Quando finalmente a população média chega ao universo acadêmico, é quando se cria o discurso de que “a universidade não serve pra nada”; “universidade pública? é lugar de vagabundo” e por aí vai.

Talvez, seja fácil acreditar que a universidade não serve para alguém que precisa garantir que as contas estarão pagas no fim do mês; para alguém que gasta duas horas no transporte público; para alguém que não vem de família nobre. Pode ser fácil comprar essa ideia quando analisamos que esse lugar nunca foi pensado para nós ou que nossa presença aqui até muito recentemente não foi desejada. É fácil abraçar esse pensamento quando nosso direito de estar aqui e receber algo de qualidade foi nos dado pouquíssimo tempo atrás e já é tão atacado pelos que defendem quem está no tempo.

Mas a universidade realmente não é nossa?

3 POBRES, TRABALHADORES E ESTUDANTES

Não foram exatamente falas, mas eu tive uma professora que visivelmente perseguia os alunos que trabalhavam e estudavam. Eu consegui uma abertura no meu horário para poder fazer um trabalho em grupo com alunos que frequentavam a aula e ela me proibiu de fazer isso dando uma explicação que não fazia absolutamente nenhum sentido. Além disso, todos os alunos acabaram o semestre com 9 ou 10, exceto os que trabalhavam. Nós fechamos com 7 e levando em conta que eu era uma aluna com média 9/10 na faculdade, acho curioso a aula dela ser a única em que isso não aconteceu.

“Mas é só falar no seu trabalho que você não pode ter aulas nas terças e quartas à tarde, eles TEM que entender”

Relatos colhidos em entrevista - realizada entre julho e outubro de 2024.

Em 2019 ingressei no Instituto de Artes da UNESP, nessa época já tinha um “emprego” que era na verdade um brechó online onde vendia roupas desde 2017 e essa era minha renda. Um valor muito baixo que pagava no máximo as passagens do metrô e nos primeiros meses de faculdade, meu padrinho precisou me ajudar a custear todos os gastos possíveis - material, alimentação e por aí vai. A cobrança familiar para que eu ingressasse no mercado regular de trabalho, havia começado dois anos antes, uma vez que a casa - com três pessoas e dois animais - era sustentada apenas pelos dois (às vezes até três) empregos de minha mãe solo e os poucos trabalhos de faxina que minha avó ainda fazia na época. Mesmo assim, com minha entrada na faculdade tive a chance de passar um ano apenas vivendo o curso e após isso, a busca continuaria.

Levei muito tempo enviando currículos e fazendo uma entrevista atrás da outra, mas nenhuma vaga se encaixava na minha grade curricular - que embora estivesse definida como “matutina”, na maior parte dos dias era integral, o que tornava impossível passar 8 horas no trabalho. Apenas em 2020 tive minha primeira experiência em um trabalho formal, encontrei meu primeiro estágio em um centro cultural de São Paulo. Tive a chance de estagiar na minha área, fui chamada sem nem ser entrevistada e estaria com rostos conhecidos; tinha a necessidade de ajudar em casa e ter meu próprio dinheiro, parecia perfeito.

Cresci vendo a história de pessoas que trabalhavam e estudavam. Cresci vendo que o “normal” e esperado era estagiar, então como isso daria errado? Imaginei que conciliar o estágio de 6 horas com as aulas da manhã (e que naquele momento eram remotas) seria simples. Imaginei que poderia deixar as aulas no horário da tarde para os próximos anos ou

quem sabe, que os professores poderiam oferecer alguma alternativa e que isso não iria atrapalhar minha formação. Afinal, o estágio era obrigatório. Afinal, o discurso progressista me fazia acreditar que seriam compreensivos. A universidade é pública, 50% das vagas são destinadas a quem vem da escola pública e de baixa renda. Espera-se que uma parte das pessoas nesse espaço precisem de meios para garantir sua renda e consequentemente sua permanência nesse lugar.

Nesse trabalho meu horário era das 12h45 às 19h00, o que já impedia que eu participasse de algumas aulas que se distribuíam entre 14h00 e 18h00. Para poder ver as aulas da manhã, acordava às 6h30, para sair de casa no máximo 7h00 e chegar ao trabalho às 8h00 e poder assistir às aulas ali. Às 11h30 saía para almoçar e poder me preparar para o trabalho e essa rotina ia se adaptando para que eu pudesse assistir as disciplinas que eram distribuídas entre 8h00 e 12h00. Chegava em casa entre 20h00 e 20h30, assistia as aulas que haviam sido gravadas, fazia os exercícios e leituras da faculdade, cumpria minhas tarefas domésticas e ia dormir por volta da 00h00.

Essa foi minha rotina por algum tempo, até que decidi ver as aulas em casa enquanto me preparava para o trabalho, pois assim conseguia cumprir minhas tarefas de casa e me organizar para o estágio sem ter um desgaste tão grande, mas mesmo assim precisava sair mais cedo das aulas e não conseguia participar tão ativamente. Mais de uma vez ouvi que esse comportamento era desinteresse da minha parte ou que não estava levando minha formação à sério, pelo menos não como meus colegas que podiam estar 100% ali.

Perto de outros amigos, que trabalhavam como CLT e ficavam no trabalho em torno de 10 horas por dia, minha rotina nessa época ainda era muito tranquila e meu acesso à UNESP muito maior e mais proveitoso, pois alguns nem mesmo tinham esse momento "livre" para pelo menos ouvir as aulas. Alguns, na verdade, não puderam chegar nem na metade do curso pois a carga horária era integral, o auxílio fornecido insuficiente e não havia como receberem ajuda de suas família - alguns nem mesmo em sua cidade natal estavam.

Era bem difícil conciliar, comecei em 2020 na pandemia já arriscando reprovar em duas matérias porque calouro não podia trancar matéria no 1º semestre.

Durante 2020 e 2021 conciliei aulas online com trabalho assistindo gravações de aula quando tinha. Estudava a noite e aos fins de semana.

Em 2022 pela quantidade de matérias com todos os dias das 8h às 18h, não consegui trabalhar, recorri ao auxílio permanência e a uma bolsa interna trabalhando no cursinho pré vestibular de Artes Visuais.

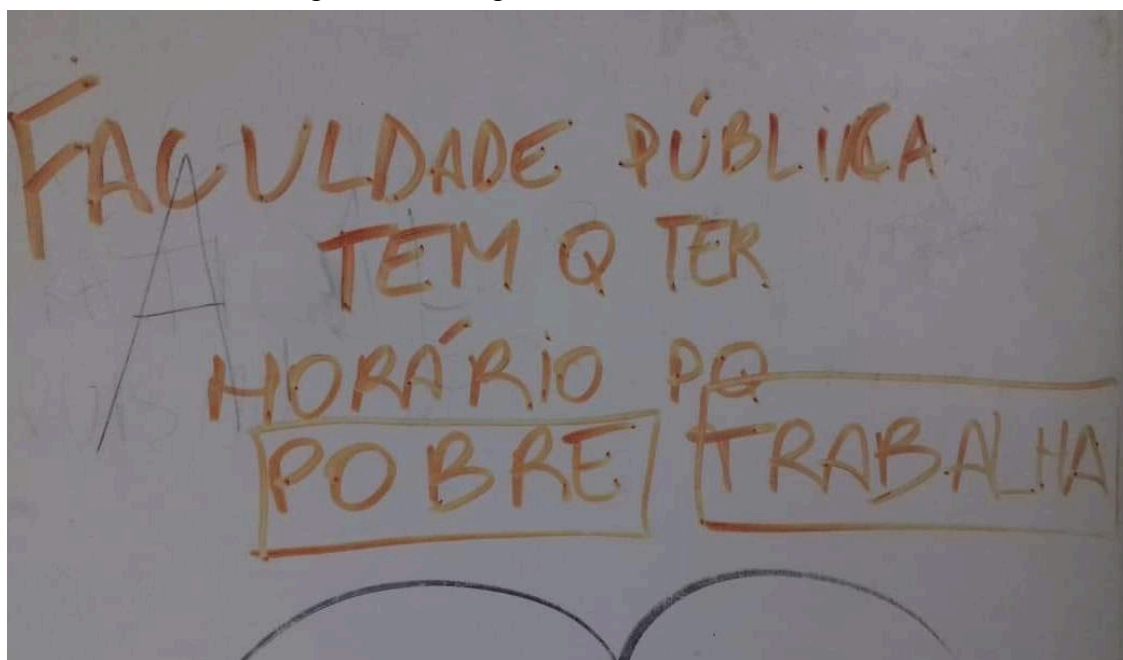
Ano passado (2023), não consegui pegar as disciplinas que faltavam e conciliar com estágio e TCC então deixei ainda duas disciplinas para este ano.

Pretendo terminar agora em 2024, no 5º ano, apresentando meu TCC em Novembro.

Relato colhido em entrevista - realizada entre julho e outubro de 2024.

Entre 2020 e 2024, passei por alguns trabalhos, diferentes locais, diferentes regimes de contratação e claro, alguns malabarismos com horário. Entrar 12h30 e sair às 18h00; entrar 13h00 e sair 19h00; entrar 7h30 e sair 13h30; entrar 12h45 e sair às 19h00. Talvez fosse mais fácil conciliar se esquecermos que dentro desses horário preciso colocar meu tempo no transporte público que variou de 40 minutos até 2 horas para chegar de casa ao trabalho ou do emprego à faculdade. Ou se esquecermos as horas extras pedidas algumas vezes. Ou até mesmo meu momento de almoçar pra poder trocar de uma atividade para outra.

Imagem 3 - Fotografia sem título.



Fonte: Rede social, autor desconhecido, 2021.

Atualmente tenho duas aulas que são em períodos distintos, uma de tarde e uma de manhã, algo que sempre aconteceu na faculdade pois ela é considerada integral, o que torna difícil conciliar com trabalho. Durante a graduação precisei fazer várias trocas de horário de trabalho para conseguir estudar, ter que conversar com vários professores pra tentar meios de compensar aulas perdidas, etc

Relato colhido em entrevista - realizada entre julho e outubro de 2024.

Já acompanhei aulas no metrô, com a conexão caindo a cada 3 minutos. Já vi colegas apresentando trabalhos na estação enquanto faziam o horário de almoço ou se dirigiam ao emprego. Já vi grupos literalmente brigando sobre quem tinha a urgência de

apresentar trabalhos primeiro e como era imprescindível que a aula começasse pontualmente porque tínhamos horário para sair e qualquer atraso iria nos tirar tempo de comer ou fazer com que chegássemos atrasados.

Isso especialmente em aulas de professores que abertamente repreendiam com alunos que trabalhavam e que diminuíam nossa presença e desejo de estar na Universidade por essa condição. Professores esses que visitavam a Europa com frequência, que chegavam na UNESP em seus carros, moravam em bairros de luxo e tinham contatos com famosos. Que durante as aulas falavam sobre como a arte e a educação deveriam ser acessíveis e abraçar todos; como deveríamos ser inclusivos. Mas quem é parte desse todos quando os alunos de baixa renda que estavam ali sentados ali bem na frente dessas pessoas eram considerados irresponsáveis ou preguiçosos? Quem é parte disso quando ouvimos que estamos deixando o sistema ganhar quando nos atrasamos por conta do trabalho? Quem é todos quando esses docentes enxergavam apenas os alunos vindos dos mesmos locais que eles? Os alunos com a mesma pele que eles?

Atualmente, o preço mínimo estimado para se manter em uma cidade como São Paulo é de quase R\$7.000,00; vivendo na zona leste da cidade, em um bairro comum, em uma casa de três pessoas e sem grandes luxos - minha experiência é de fazer malabarismos para viver com um pouco mais de um salário mínimo, isso morando com minhas mães e tendo esse suporte. Mas muitas vezes já escutei que se a universidade fosse algo importante, eu pegaria o auxílio permanência em vez de “perder” meu tempo trabalhando. Em 2024, o valor da bolsa é de R\$420,00 e diversos amigos que recebiam essa ajuda - além de terem enfrentado uma burocracia absurda - ainda assim precisavam de suporte de familiares ou buscar uma renda extra.

Em que condições, alguém sem nenhum tipo de auxílio para se manter vai conseguir atingir a excelência acadêmica e o comprometimento que tanto nos é cobrado? Como pessoas que estão vivendo em conforto podem se sentir na posição de julgar quem faz arranjos extremamente complexos para ter o mínimo?

Esse é o grande projeto para que pobre nunca consiga cursar um curso que gostaria em uma universidade federal para que alguns grupos continuem sendo privilegiados. Não basta entrar na Federal, tem que ter alguém te dando uma estrutura enorme durante a graduação. Mas este é o grande projeto neste país.
Relato colhido em entrevista - realizada entre julho e outubro de 2024.

Hoje escrevo esse TCC no sexto ano, depois de muitas matérias trancadas porque na época da pandemia diversos professores se recusavam a gravar as aulas,

afinal “não é minha obrigação gravar aula para quem trabalha”. Depois de passar três anos seguidos cancelando a mesma matéria, mudar de emprego para finalmente poder cursar a cadeira e ver que o horário foi alterado, mas mesmo assim o professor dizer que ele “entende que tem discentes nessa condição, mas que só poderia TALVEZ abrir uma exceção” caso eu comprovasse com diversos documentos que aquela era a única matéria que eu precisaria para me formar (depois de ter literalmente atrasado minha graduação, por aquela ser a única matéria que me faltava). Depois de brigar na frente dos colegas de turma algumas vezes com professores que me expunham como alguém que não tinha a faculdade como prioridade por precisar perder a hora final de aula para sair pro trabalho ou então, por não ser participativa o suficiente (por estar vendo aula no metrô ou refeitório do trabalho).

E claro, depois de ver outros alunos do mesmo curso dizerem como era absurdo que mais da metade não conhecesse uma técnica clássica ou que nunca tivesse visitado o museu X. Depois de ver discussões em grupos onde uma parcela de outros estudantes achava que os professores não deveriam explicar coisas básicas em aula, já que quem não tivesse aprendido a temática Y deveria procurar no google e não esperar que os professores “prejudicassem” os outros explicando. Depois de ver alunos defendendo que era ilógico querer que as aulas fossem gravadas ou que houvessem alternativas de horário, já quem trabalhava tinha que se virar já que foi a própria pessoa que escolheu estar no Instituto de Artes sabendo que teria que trabalhar.

Infelizmente, não é tão “simples” lutar contra a mentalidade elitista implantada no ambiente acadêmico, pois não batemos apenas com quem está no topo. Quem vem debaixo precisa lutar com a estrutura inteira quando alcança um lugar com o nível superior, desde aqueles que estão na mesma posição que nós até os nomes que ditam como as estruturas sociais serão. E não apenas isso, mas muitas dessas falas vieram de discentes e alunos focados na licenciatura, os mesmos que encham a boca para falar sobre a favela, sobre inclusão, sobre acessibilidade - como se fala sobre educação libertadora e como se forma professores que se desprendem do modelo arcaico de educação feito para privilegiar as altas classes quando as posturas e falas aplicadas no dia a dia são justamente aquilo que lutamos contra? Como se constrói uma nova educação quando diariamente há um trabalho de envergonhar e expelir quem vem debaixo?

Além de minha própria experiência, acho importante me aprofundar em outras histórias. Em outras vivências que presenciei muito de perto e que são parte da razão pela qual esse texto existe. Outras pessoas que me fizeram ver que não era só eu e que com certeza meu caminho seria traçado por outras pessoas ao longo do tempo.

Primeiro trago o relato de R, um familiar que entrou na UNESP alguns anos depois que eu. Um garoto queer e preto, vindo da favela em Itaquera e mais um fruto do ensino público, ele foi o segundo de nossa família a conseguir conquistar uma vaga no ensino superior depois de muito tempo abdicando de todo o possível para se preparar para o vestibular. Desde o ensino médio, ele fazia alguns trabalhos para ajudar em casa - depois de fazer o ensino técnico já pensando em conseguir meios de ter renda. Nada registrado, algo que exatamente por isso acabava consumindo ainda mais de seu tempo e que o privava de direitos que um contrato de trabalho garante, mas era a única forma de conseguir algum dinheiro.

Ao conquistar seu sonho de passar para arquitetura na UNESP, ele saiu da casa da mãe solo e dos irmãos e se mudou para Bauru e apenas esse processo já foi o primeiro de muitos desafios que viriam, uma vez que o gasto com a mudança já estava além do que esperavam e podiam arcar. Lá, tentava conseguir projetos freelancer e trabalhava como garçom nos finais de semana para conseguir alguma renda que ajudasse no gasto com materiais e as coisas básicas do dia a dia onde dividia uma moradia com mais dois colegas.

Não foi possível conseguir nenhum auxílio da universidade, mesmo se enquadrando como alguém de baixa renda - algo repetido por muitas pessoas que enfrentaram uma burocracia enorme para não conseguir ajuda - e apesar de outros dois estudantes dividindo um pequeno apartamento e alguns trabalhos informais, ele não conseguiu se manter no curso por mais de dois anos. A mãe não conseguia ajudá-lo sempre e muitas vezes, ele e seus amigos contavam moedas para conseguir comprar o gás. Os professores pediam materiais caros para projetos e quando alunos como R, usavam alternativas mais baratas, suas notas eram prejudicadas pura e exclusivamente por serem de material mais acessíveis.

Hoje, depois de precisar deixar o campus, ele segue em trabalho autônomo e tenta juntar dinheiro para seguir o curso em alguma instituição particular que seja um pouco mais dentro de sua realidade financeira. O gosto que a universidade pública deixou

foi agriçoce, pois apesar da experiência ter tido seus lados positivos, ele relembra que não era possível se manter ali sem um emprego e ao mesmo tempo não era possível ter algum trabalho que se encaixasse na grade horária que o curso oferecia. Um ponto refletido através dessa história é que para o jovem de baixa renda ingressar em uma universidade pública, o processo do vestibular parece ser o mais difícil até ingressarmos em alguma instituição e descobrirmos que a permanência ali dentro é ainda mais complexa e desafiadora.

De acordo com dados do mais recente Censo da Educação Superior do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2021 a taxa de evasão nas universidades públicas ficou em 9,4%, o que representa 165 mil graduandos. [...] Entre os principais motivos para a evasão destaca-se a dificuldade financeira e a ausência de políticas públicas consistentes e continuadas. (ALBUQUERQUE, 2023.)

Outro ponto importante de ser citado é que o preconceito de classe vem acompanhado da discriminação em outros aspectos, como de gênero, sexualidade, psicofobia e claro, de raça. Não apenas R, mas outras pessoas que contribuíram com esta pesquisa de alguma maneira trazem consigo falas racistas de seus docentes e outros colegas de classe que utilizavam da posição social desses estudantes como uma máscara para seu racismo, chegando a ligar o fato da falta de renda à etnia.

O projeto para manter o pobre fora da faculdade não é apenas sobre dinheiro, mas também sobre como historicamente a pessoa de baixa renda carrega consigo muitas outras características que a elite quer manter afastada e os mecanismos de agressão e exclusão se perpetuam no espaço acadêmico para que esses grupos continuem fora de diversos outros locais. Uma das pessoas presentes nesse estudo, que será chamada de K, relata a perseguição velada de um docente por conta de sua cor e seu estilo *mandrake* (moda espalhada entre os jovens da favela e da cultura funk) - que se apresentam pelas falas e o peso diferente dado às necessidades de K em relação às de outros alunos.

“[...] cheguei a escutar falas racistas de um professor porque eu não podia ligar a câmera. Percebia isso não só do professor, como de servidores, de colegas de turma. Ainda existe um racismo estrutural e institucional muito presente.” (TAPUYA, 2023.)

Outra situação vem de G, uma pessoa de 22 anos que trabalha desde o fim da adolescência e que ingressou na UNIFESP em 2023 depois de algum tempo não podendo sequer tentar o vestibular por conta de questões financeiras. A entrada no curso

de letras foi uma felicidade e parecia a chance de conseguir abrir caminho numa área de trabalho desejada.

Com o ingresso na universidade, ela precisou deixar seu emprego e apesar de ter o auxílio de sua mãe e avó, atualmente enfrenta dificuldades em conseguir um trabalho e conciliar com a jornada acadêmica por conta da dificuldade de acesso ao local das aulas e a grande quantidade de matérias para lidar.

Meus horários seriam das 19h até 23h porém os alunos deveriam sair até 21:30 ou no máximo às 22h para conseguirem ir embora, devido a distância. Como o bairro Pimentas é um local de difícil acesso, não era possível para mim conciliar (trabalho) com o horário de aulas, ou eu chegava em cima da hora ou atrasada demais, nem dando tempo de jantar antes.

Relato colhido em entrevista - realizada entre julho e outubro de 2024.

G, assim como outros entrevistados (e a própria autora) enfrenta questões de saúde mental, tendo recebido o diagnóstico de autismo e TDHA, algo aumenta ainda mais a pressão dentro do ambiente acadêmico e torna a situação financeira frágil, um peso maior para ser carregado já que além de precisar de ajuda para lidar com os gastos de locomoção e materiais, existe também um gasto médico. E obviamente, o peso das micro agressões diárias por parte da estrutura universitária.

A questão da saúde mental, foi um obstáculo em minha jornada acadêmica e algo que se repetiu para diversos outros discentes com quem falei. Muitos, que já tinham questões pré-existentes, encontraram nas pequenas exclusões dentro do ambiente acadêmico e nas dificuldades de conciliar os estudos com a necessidade de manter as demandas básicas, algo que agravou essas situações.

Não apenas eu, mas muitas pessoas que inspiraram essa dissertação tiveram sua autoestima artística e acadêmica destruída por nunca terem acessado materiais, técnicas ou espaços culturais e acadêmicos que não eram possíveis dentro da realidade de onde viemos. Muitos quiseram apenas desistir do curso, mas trancar a faculdade resultaria em ficar sem emprego e largar o trabalho em prol da vida universitária significaria desistir da graduação também já que não havia como nos mantermos na universidade sem renda.

Meus horários são integrais, e impossíveis de conciliar sequer com o estágio obrigatório (e não remunerado). Tenho que prejudicar minha grade e minha futura formação para conseguir encaixar com alguma atividade remunerada, para sobreviver.

Relato colhido em entrevista - realizada entre julho e outubro de 2024.

Termino esse capítulo com uma situação que vivenciei em meu primeiro semestre; antes mesmo de virar uma trabalhadora dentro da universidade e muito antes de conseguir de fato entender o sistema que estrutura e move esse lugar; esse momento até hoje ressoa em minha mente e foi ele que plantou a semente que está florescendo nessa dissertação.

Dois colegas, um pouco mais velhos que eu, sempre chegavam apenas no segundo período de aulas, geralmente 10 minutos após o início dos encontros. Ambos tinham empregos CLT e viviam sozinhos, um deles até mesmo tinha saído da cidade natal para cursar Artes Visuais no Instituto de Artes. Esse mesmo colega, assim como eu, era uma pessoa borderline e comentava conosco sobre os gastos com seu tratamento.

Duas pessoas que precisavam de seus empregos para estar ali. Duas pessoas que queriam conseguir essa nova formação para tentar um novo rumo profissional. Duas pessoas que faziam o seu melhor para conciliar as duas coisas. O docente da matéria em questão era extremamente rigoroso com os horários e já no segundo mês de aulas, pediu para conversar com as pessoas que se atrasavam com frequência; a situação foi explicada; ambos já haviam buscado alternativas para recuperar o que perderam das aulas. Após falar com esses dois alunos em questão, a pessoa que ministrava a matéria chamou a atenção de toda a turma, e diante de todos questionou os estudantes dizendo: “entendo que vocês precisem trabalhar e que cada um tem sua vida, mas vocês estão perdendo aulas e se isso vai acontecer durante toda a graduação por conta de trabalho, esse pode não ser o momento de vocês estarem aqui. Talvez seja o caso de vocês trancarem o curso e voltar em outro período onde a vida esteja mais tranquila.”

Na época isso me incomodou infinitamente, mais do que fui capaz de explicar. No momento não consegui sequer entender o motivo; parece uma frase tão simples. Algo tão inofensivo... “voltar quando a vida estiver mais tranquila”. Mas quando estará? alguns de nós vão trabalhar até o fim da vida; alguns de nós não terão essa “vida mais tranquila” depois de adultos (às vezes até antes, na verdade), pois as contas continuarão chegando no fim do mês, o gás vai acabar, o mercado terá que ser feito, o aluguel precisará ser pago e quem vai arcar com isso? Alguns de nós precisam da graduação para conseguir um emprego melhor. Para migrar para uma carreira que nos fará mais feliz ou que proporcionará uma qualidade de vida melhor. Mas será que essa oportunidade foi feita apenas para quem tem uma família que pode pagar? Será que o docente que trouxe essa

fala realmente entende que alguns discentes PRECISAM trabalhar? Será que nós devemos esperar por algum milagre que pague todas as despesas e nos permitam estar em sala de aula das 8h00 às 18h00?

São muitos pontos de interrogação. São muitas dores que hoje rondam essa memória antes mesmo dela me “pertencer” de alguma maneira e fico pensando quem quer que esperemos até a vida ficar tranquila e porquê?

4 A QUEM INTERESSA EXCLUIR?

Já ouvi de colegas que presenciaram professores falando que aluno não precisa trabalhar, que tem que priorizar o estudo, como se todos tivessem a vida fácil e não dependessem de trabalho pra se sustentar, visto que políticas de permanência na universidade são poucas e não contemplam todos que precisam, e quando contemplam ainda não são capazes de dar todo o auxílio financeiro que muitos necessitam.

Embora nunca tenham me falado diretamente, é visível que muitas pessoas no ambiente acadêmico, seja professores ou estudantes, julgam aqueles que precisam se ausentar para trabalhar, como se o emprego fosse só um hobby ou qualquer coisa inútil que eu não deveria estar perdendo tempo de aula/estudo/etc pra fazer. As pessoas num geral não parecem tão compreensivas com realidades alheias às suas.

Relato colhido em entrevista - realizada entre julho e outubro de 2024.

Iniciei esse projeto com uma rápida pesquisa onde digitei “é possível fazer faculdade pública e trabalhar?”. Apenas esse termo já me trouxe uma quantidade abismante de histórias e questionamentos de pessoas que precisam de seus empregos e que têm receio de sequer tentarem ingressar numa instituição pública por já sentirem que é impossível conciliar esse ambiente com sua NECESSIDADE de trabalhar para se manter ou auxiliar suas famílias e a grade horária integral (ou semi integral). Os impedimentos para quem trabalha, tudo isso serve para manter o trabalhador fora da universidade e seguindo como mão de obra barata.

Muitas pessoas de classes mais baixas nem mesmo consideram uma instituição estadual ou federal, pois enxergam como um lugar inacessível para alguém que vem de um lugar social sem privilégios. Tanto em nível de conhecimento, uma vez que alguns vestibulares são muito complexos quanto por sentirem que uma universidade pública não cabe na vida de alguém que precisa seguir em vagas de trabalho que exigem de 8 a 10 horas de seu dia - sem contar o tempo gasto tempo no transporte público e para as mulheres, que historicamente são colocadas como responsáveis pela casa, o período de cuidar das tarefas domésticas.

E isso nos faz pensar, como isso foi construído na cabeça daqueles que estão nas camadas sociais menos favorecidas? E não apenas essa questão, mas quem fortalece essas concepções dentro das universidades? E até mesmo, como professores foram moldados para perpetuar isso?

[...] é eleger a condução e o que ela vai propiciar. Se você vai formar gente pra virar mão de obra do mercado, se você vai formar gente crítica dentro da sociedade que você está integrando, se você vai formar gente pra governar ou ser governada, isso é uma escolha que o Estado faz. (KRENAK, 2018.)

É interessante olhar como a partir da metade dos anos 2010, onde os pobres cada vez mais acessam e conseguem chegar ao ensino superior, começa a se implantar uma política de desmonte e uma campanha de descrcredibilização sobre a importância de ter uma faculdade. O discurso de que completar a universidade não serve para nada, que instituições públicas são balbúrdia e o avanço da precarização de entidades que até então eram consideradas as melhores são uma maneira de fazer quem não tem dinheiro acreditar que não deve se aproximar desse espaço, que se endividar em uma particular vale mais a pena ou pior, que não faz diferença avançar dentro da educação. A acessibilização do ensino à nível superior caminha junto com uma política de demonização do mesmo. Citando a influencer Luana Nascimento, que vem da favela em Mauá e mostra sua rotina como estudante da USP nas redes sociais “foi só o pobre alcançar a faculdade que de repente, pronto, ela não presta mais”.

Aqui, cabe falarmos de Bordieu. Para dar um pequeno contexto, Pierre Bordieu foi um sociólogo francês que viveu entre 1930 e 2002. Seu trabalho olha para as relações da nossa sociedade, as classes dentro das quais vivemos e as influências que as moldam e é a partir daí que entraremos nas estruturas estruturantes, poder e violência simbólicos que ele cita em sua obra como uma maneira de entender como as desigualdades sociais nascem e são reproduzidas.

Segundo o sociólogo, nossa sociedade é feita por diversos pilares que são as chamadas estruturas, como por exemplo, a família, a polícia, a Igreja e claro, as instituições de ensino. Esses grupos são chamados de estruturantes pois os mesmos são estruturados, ou seja, tem um interesse que os dá base, interesses esses do Estado e classe dominante, e são eles que fazem a manutenção do que conhecemos e a forma como nos relacionamos uns com os outros levando em conta aquilo que sua própria estrutura pede. Cada uma dessas entidades e seus funcionamentos são necessários para que as relações de poder continuem firmes e que aqueles que estão no topo se mantenham ali.

O que Bourdieu quer dizer é que uma estrutura só pode ser estruturante porque é estruturada. Darei um exemplo. Uma estrutura como a imprensa, ou mais especificamente, a mídia. Ela busca estruturar a sociedade, ou pelo menos uma parcela da sociedade de acordo com sua própria estrutura. Quando a mídia passa, ou vende uma ideia à sociedade, ela está estruturando. Se formos pensar nas grandes corporações midiáticas, elas estão estruturadas de acordo com a ideologia dominante, que é a ideologia da classe dominante. Esta então é a primeira síntese: Os sistemas simbólicos exercem poder através de estruturas estruturantes estruturadas. (SOUZA, 2014. P. 3.)

O discurso da faculdade pública ser “para vagabundo”, local de algazarra ou de que esse espaço não é para pobre é uma forma das elites exercerem o poder simbólico do qual Pierre fala. É a ideologia do Estado e dos grandes nomes que acabam moldando o que as massas enxergarão sobre determinado local.

A estrutura acadêmica é estruturada para manter os conhecimentos a nível superior e os melhores cargos para aqueles que já vêm da alta classe e através disso essa parte da sociedade estrutura o pensamento daqueles que a compõem. Mas não é algo questionado, porque os discursos vindos do poder simbólico são passados de maneira desinteressada e crescem no pensamento coletivo por serem levados adiante de maneira natural, como um local comum.

Um exemplo disso é como o ensino básico público não prepara seus alunos para o vestibular ou sobre as faculdades, não falam sobre e nem fornecem conhecimentos essenciais para que nossa massa questione os pilares que sustentam nosso país e sobre nossos arredores; enquanto isso, um dia em qualquer escola de elite é suficiente para perceber que desde o ensino maternal as crianças de origem privilegiada são preparadas para conhecer diversas culturas, para passar em boas instituições de ensino e para aspirar empregos em locais de alto escalão. Como Bordieu diz em seu livro Razões Práticas: “A *illusio* é estar preso ao jogo, preso pelo jogo, acreditar que o jogo vale a pena ou, para dizê-lo de maneira mais simples, que vale a pena jogar’ e esse sistema busca fazer o pobre acreditar que não vale.

A “limpeza” dentro da faculdade pública, ainda que disfarçada, é apenas uma maneira de continuar a história que se iniciou ainda na época na colonização. Eram os filhos dos abastados que estavam no ensino superior; eram os filhos de donos de terra, de colonos e por aí vai. Tirar das pessoas que vem da favela e dos trabalhadores médios a oportunidade de ascender profissionalmente e academicamente é uma maneira de garantir que o poder e o capital seguirão nas mãos das mesmas pessoas e que os filhos e netos daqueles que foram explorados no passado continuarão sendo uma mão de obra barata e sem chance de acessar a mesma qualidade de vida (e espaços) que a burguesia.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a ‘domesticação dos dominados’. (BOURDIEU, 1989: 11)

É claro que não podemos culpar individualmente aqueles que perpetuam esse sistema, uma vez que o próprio sociólogo nos diz que “esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989: 7). E não apenas isso, mas muitas vezes pessoas que constituem a parcela “dominada” reproduzem com convicção o que “os de cima” nos decretam como correto repassando para seus pares a violência simbólica que foi implantada como verdade para os mesmos e que muitas vezes nem mesmo é entendida como uma agressão (ainda que simbólica) por ter sido naturalizada por todos nós. É necessário discutirmos como esses pensamentos foi plantando em nossas mentes e quem são as mãos que estruturam nossas estruturas para manter o poder concentrado em uma única camada.

Esse “molde” é o chamado *habitus* que para o sociólogo francês é a incorporação dos gostos e crenças pelo indivíduo através do ambiente no qual ele vive. Dentro da universidade, atitudes e falas elitistas vem não de pessoas que nasceram assim, mas de um contexto que fez com que esses alunos e professores absorvessem e fortalecessem essas “verdades”. E essa é uma forma de separação que mantém os grupos divididos entre oprimidos e opressores (mesmo que inconscientemente) e através dessa divisão os pobres seguem andando apenas com outros pobres e os ricos e classe média seguem unidos também.

O *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas – o que o operário come, e sobretudo sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes ao do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. Eles estabelecem a diferença entre o que é o bom ou é mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar, etc., mas elas não são as mesmas. Assim, por exemplo, o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode parecer distinto para um, pretensioso ou ostentatório para outro e vulgar para um terceiro. (BOURDIEU, 1996, p. 22)

Manter esse distanciamento é parte da estruturação, pois é a falta de diálogo, empatia e abertura que mantém os privilegiados cegos para as necessidades e dificuldades de quem vem de um “mundo” distinto. E assim seguimos, cada um de nós com seu próprio *habitus* em uma guerra silenciosa e onde a consciência social segue num campo utópico e longe da realidade, sem uma perspectiva de mudança.

Ao falar de *habitus* torna-se necessário falar também dos “campos” - conceito trabalhado não apenas por Bordieu, como também por Louis Althusser. Cada campo é um

microcosmos dentro do macro, como por exemplo, a Academia dentro da nossa sociedade. Esses campos sofrem interferência das leis e regras do exterior, são pequenos mundos dentro do Mundo onde os jogos sociais se desenrolam.

Imagem 4 - Fotografia sem título.



Fonte: Autora, 2024.

Segundo os sociólogos, cada um dos campos exige um certo *habitus* específico que nem todos possuem. Dentro desse espaço existe um capital, não financeiro mas simbólico (cultural, social, intelectual...) que só faz sentido para aqueles que entendem o chamado “jogo” daquele campo e que foram preparados para jogá-lo; para esses o *habitus* se desenvolve buscando extrair os que não o tem.

Essa disputa dentro dos campos pelo capital simbólico é um resultado da pressão externa e como dito pelo próprio Pierre: “Cada campo impõe um preço de entrada tácito: ‘Que não entre aqui quem não for geômetra’, isto é, que ninguém entre aqui se não estiver pronto a morrer por um teorema.” Já a visão de falta de interesse, vem daqueles que não possuem o *habitus* dos que precisam trabalhar para sobreviver e que não entendem que a luta destes envolve uma busca diária por mais de um capital que nos é constantemente dificultado. Ou como poderia ser dito, não entendem o motivo de jogarmos esse “jogo”.

Bourdieu analisa o grau de autonomia em um campo pela sua capacidade de refratar, que seria a capacidade do campo retraduzir de forma específica as pressões ou as demandas externas (BOURDIEU, 2004: 22). E quando os fatores externos transparecem dentro de um campo, como fatores econômicos e políticos, e onde os interesses do campo estão ligados a interesses externos, é onde o campo é mais dependente. (Souza, 2014. P. 8.)

A exclusão e dificuldade de permanência dos trabalhadores e pobres dentro da universidade pública é um projeto dos poderosos para que o sistema que os beneficia não seja quebrado e que as regras do jogo sigam em suas mãos, enquanto perversamente os mesmos fingem nos olhar e jogar por nós.

5 A HIPOCRISIA EDUCACIONAL

“Vocês estão achando ruim comprar um guache TGA? Na FAAP eu peço uma caixa de lápis que custa 600 reais”

“Mas é claro que o seu notebook não vai rodar o Blender, você comprou um de segunda mão!”

Na maioria das vezes, os professores indicam materiais de arte de marcas que possuem valor inacessível de comprar. E quando utilizamos materiais que não são semelhantes na qualidade por serem de preços e/ou marcas inferiores, temos que ouvir desmerecimento de tais.

Relatos colhidos em entrevista - realizada entre julho e outubro de 2024.

Dentro da universidade pública, em especial nos cursos de humanas, vemos um discurso muito bonito. Todos são progressistas, pelo menos nas falas. Todos querem ver a educação na favela, no interior e por aí vai. Todos querem o pobre na faculdade, nos centros culturais, no topo. Tanto dos docentes quanto dos discentes. Falas sobre a acessibilidade, sobre como o ensino superior é excludente, sobre essa sociedade neoliberal opressiva, sobre como a escola contribui para a desigualdade ou mesmo sobre a necessidade de tornar esse ambiente aberto e acolhedor para aqueles que vem de um local menos privilegiado.

Mas esse olhar parece não chegar aos alunos ou mesmo colegas de classe que são parte desse grupo, que tem questões para acessar e permanecer no espaço acadêmico. Esse olhar não se aplica aos que não se encaixam ao necessário para que essas pessoas assumam o papel de “salvadores”. Esse pensamento NUNCA abraça quem não se adequa aos estereótipos do que é o pobre periférico e sempre acaba se tornando mais uma ferramenta de opressão.

Esses pensamentos e discussões permanecem ainda em um lugar estereotipado. “Essas pessoas” pobres, com dificuldades, com necessidades e vivências parecem estar apenas no imaginário construído pelas caricaturas da mídia que está na mente desses acadêmicos, mas jamais será visto naquele aluno que precisa sair no meio da aula para conseguir pagar as contas do mês ou naquele colega que não consegue comprar os materiais necessários para as matérias práticas ou mesmo naquele estudante que não sabe o “básico” ou “óbvio” (por nunca ter tido acesso à esses temas antes).

As ideologias, por oposição ao mito, produto colectivo e colectivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. (BOURDIEU, 1989. P. 10)

Lembro de um professor que claramente tratava de forma diferentes alunos vindos de um contexto privilegiado e os que vinham de uma situação fora disso. Ele falava abertamente nos corredores ou elevadores como os alunos da Fundação Armando Alvares Penteado, a famosa FAAP, eram melhores. Como eram mais educados, interessados, como valorizavam mais a aula e até mesmo como possuíam mais conhecimento.

Muitos já escutaram dele como na universidade particular não era aquela bagunça ou que a estrutura ali era péssima. Esse mesmo professor em aula falava sobre desigualdade, como era indignante ver o que acontecia nesse país...soa até engraçado de uma forma trágica.

“Faculdade pública é uma porcaria mesmo, aqui os alunos são muito preguiçosos. Lá na FAAP não era assim.”

“Como assim vocês querem uma aula sobre algo básico? procurem no Google, nós queremos produzir.”

Relatos colhidos em entrevista - realizada entre julho e outubro de 2024.

Existe ainda dentro da faculdade pública uma visão de que precisamos de “salvação” ao mesmo tempo em que somos constantemente impelidos a sair do espaço universitário ou a nos sentirmos não pertencentes por não ser nossa única prioridade ou por não ter chegado até aqui com todo o conhecimento possível sobre o curso que viemos estudar. O “pobre” parece estar mais presente nesse espaço como *token* para alguns do que como seres humanos que já ocupam esse lugar e que precisam diariamente desdobrar-se para não perder essa oportunidade.

Talvez, um dos primeiros passos para quebrar esse movimento de evasão universitária daqueles que estão nas bases da pirâmide social, seja abrir os olhos para a hipocrisia que invade esse meio. Desde o corpo docente até os discentes que estão nas classes mais altas. Os mesmos professores que nos trazem os problemas sobre a educação pública, que falam indignados sobre as crianças/jovens/adultos que não tem

acesso a ensino de qualidade são os professores que pedem para que os trabalhadores em suas aulas tranquem o curso.

Nós já fomos essa criança. Nós somos esses jovens adultos. Nós somos parte daqueles atingidos pela desigualdade e que vivem de uma jornada dupla. Muito já foi dito sobre como nos tornamos privilegiados apenas por estar em uma instituição de ensino superior e isso é um fato, nem todos conseguem estar aqui (embora deversem). Mas alcançar a UNESP ou qualquer outra instituição pública, não muda o fato de que precisamos brigar (algumas vezes literalmente) todos os dias para continuar ali. Essa fala parece ser uma saída fácil para atacar o pobre que está nesse espaço universitário, ignorando que nossa presença ali é como uma corrida com obstáculos que não termina.

Participando de reuniões com professores, escuto muitas falas tratando os estudantes como pessoas folgadas, oportunistas e preguiçosas, minimizando as experiências de todo o coletivo (porque são experiências majoritárias, a de ficar sem dormir, sem comer para estudar, a de ter que conciliar trabalho com educação, e de correr contra o tempo e contra a própria saúde para concluir a faculdade). Nos fazem de chacota, e quando nos defendemos por um milésimo de segundo, com todo o respeito e educação, nos retratam como figuras violentas, reacionárias e rebeldes. Honestamente, a universidade me decepiona todos os dias, me faz ter vontade de desistir, mas ao menos a ideia de que um diploma, um mestrado e um doutorado são sinônimos de sabedoria e cultura me foi completamente destruída. É raro encontrar professores que não nos encarem com desprezo, que nos escutem e busquem comunicação.

“Muito difícil, parece que fazem tudo para dificultar sua vida, querem negar os estágios remunerados que arrumamos, não querem deixar sair mais cedo ou chegar atrasado.”

Relatos colhidos em entrevista - realizada entre julho e outubro de 2024.

Afinal, nós devemos estar aqui ou trancar o curso? A universidade é para o pobre e trabalhador também ou somos “vitimistas”, “não tentamos o suficiente” e “preguiçosos”? Esse espaço é para todos ou apenas para quem tem dinheiro o suficiente para estar aqui? Discursos que não se alinham com nossas posturas diárias são apenas palavras e discursos jogados ao vento não mudam de fato as coisas.

6 É DE TODOS NÓS

Atualmente estou desempregada e sem conseguir os passes livre da SpTrans e EMTU devido a grande burocracia para tal, sendo assim está difícil arrumar dinheiro para a condução intermunicipal até a faculdade, pego dinheiro emprestado com a minha vó e anoto para devolver pra ela assim que eu estiver trabalhando. Acho mais difícil lidar com a falta de acessibilidade até a faculdade e a falta de eventos de final de semana (também devido a falta de transporte) para pessoas que trabalham poderem participar também, já que ainda existe a exigência de horas complementares. No entanto, é bem complicado participar desses eventos exatamente por conta do horário, você chega tarde e às vezes nem consegue jantar, ou você escolhe jantar e perder mais tempo de aula. Uma situação frustrante e exaustiva.

Relatos colhidos em entrevista - realizada entre julho e outubro de 2024.

Nos últimos 5 anos, tive crises de pânico por só pensar em pisar no campus da UNESP. A cada ano me sentia mais incapaz de conseguir realizações ou seguir uma carreira acadêmica artística. Experimentei crises de pânico e ataques de fobia social quando pensava em encarar conhecidos ou professores que já haviam me dito para trancar o curso, sair da graduação e coisas desse nível. Já perdi as contas de quantas vezes chorei nos corredores por sentir o peso da humilhação por não ter o estilo clássico ou dito “erudito”, os materiais mais sofisticados ou por ser exposta aos colegas de classe por sair cedo para trabalhar. Nos últimos 5 anos pensei em trancar o curso muitas vezes. Senti que sairia da graduação tão “vazia” quanto entrei por não poder aproveitar o Instituto de Artes como outros colegas ou por não ter o tempo e saúde mental para consumir a mesma quantidade de conteúdo que outros estudantes e que isso não permitiria que minha vida melhorasse.

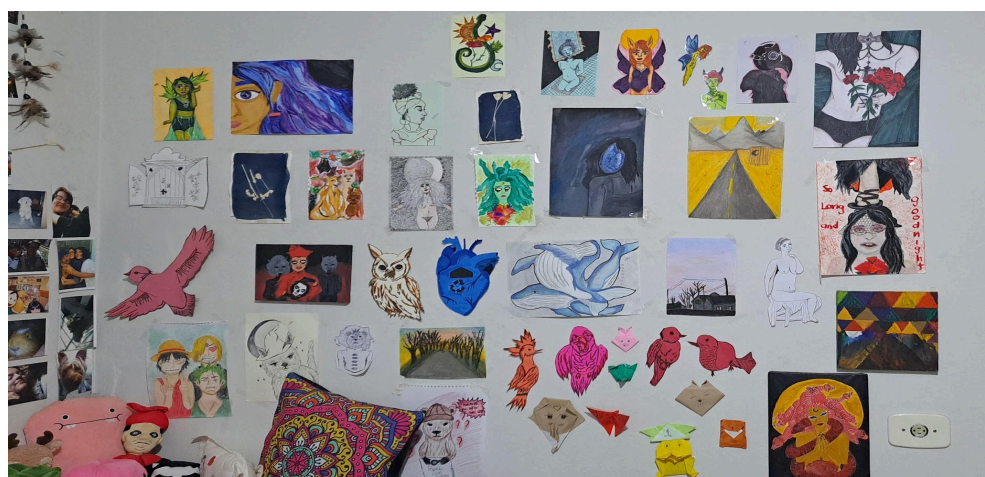
Por mais de 3 anos fiquei sem produzir, pois cada vez que sentava para desenhar lembrava de professores e colegas que diminuíram meus conhecimentos e dificuldades. Cada vez mais desenvolvi dificuldades de atenção para ler e escrever e até mesmo esta dissertação demorou para ser produzida, afinal, mesmo lutando contra...depois de ouvir mil vezes que você não pertence a um lugar ou que não é digno de estar ali, isso começa a parecer verdade.

Ainda hoje sinto ansiedade em falar com docentes ou estar no ambiente da faculdade. Ainda hoje me comparo com colegas que têm uma condição financeira extremamente mais alta e que podem ficar o dia inteiro dentro da universidade e fazer mil projetos. Tudo isso resultado de brigas e pequenas agressões resultados da tentativa de simplesmente conseguir um diploma e trabalhar em algo que amo.

Muitos daqueles com quem conversei, relatam crises de meltdown pela carga excessiva de atividades; ataques de ansiedade pela exposição e por serem destratados; alguns relatam até mesmo tentativas de auto agressão. Tudo isso unido a um ataque contra suas histórias e narrativas.

Esse trabalho é uma forma pessoal de curar e honrar as raízes que esse processo doloroso me fez enxergar e admirar cada vez mais. Depois de tantas experiências difíceis, foi surpreendente perceber que muitas coisas positivas foram fruto de um ambiente inóspito e que tentou me expelir por tanto tempo.

Imagem 5 - Fotografia sem título.



Fonte: Autora, 2024.

Esse capítulo, embora curto, é um lembrete de que algo bom saiu desse processo. Durante 6 anos, construí relações sólidas e de cumplicidade, pois no meio das adversidades termos pessoas ao nosso redor com a mesma realidade é salvação. Apesar das dores e dificuldades que podíamos carregar apenas sozinhos, não sou capaz de contar quantas vezes a rede de apoio que se construiu dentro da universidade foi colo, compreensão e claro, um grupo de estudos onde cada um ajudava o outro no que podia e assim construímos juntos um conhecimento que parecia nos ser negado.

Talvez o senso de comunidade encontrado dentro dos dias difíceis de trabalho e entre as brigas com discentes e docentes que não entediavam nossas necessidades, seja algo que não se criaria em outra situação. Dentro de um ambiente que era hostil a todos nós, criamos alianças onde cada pequena coisa que podíamos oferecer (em termos de saberes ou mesmo empatia) era grandioso.

Nos últimos anos, trabalhei minha própria história e aprendi a me orgulhar das minhas raízes. Do meu nome. Do local de onde vim e de onde continuo sendo. Pois quando tentam quebrar quem somos, vamos ruir ou resistir e eu escolhi a última opção. Aprendi a amar arte de novo; amar minha arte. O que gosto de criar, como gosto de criar e o que sei criar. Aprendi a não ter vergonha de mostrar minhas visões ou de onde elas vieram. Tudo que esse sistema espera é destruir esses pequenos detalhes. Nos calar e nos manter cegos da importância que é ser quem somos e mesmo assim conseguirmos chegar mais longe. E por mais difícil que seja, o único jeito de seguir é fazer exatamente o oposto.

Aqui trago as falas de Ailton Krenak sobre as alianças afetivas. Essa experiência, onde de certa forma, eu e os meus estávamos à margem nesse ambiente foi algo que possibilitou um olhar para o todo e que cada vez mais me fez olhar não apenas a complexidade de meu próprio mundo, mas o cuidado de tentar ver e compreender as minúcias dos mundos outros e trazer esses outros para conhecerem o que eu sei. Quanto mais me uni a pessoas que tinham caminhos parecidos e que viviam as mesmas coisas, mais percebia que esse era meu combustível para continuar. Precisava seguir por mim e precisava seguir por nós. Pela nossa vitória.

Hoje, cada tentativa de rebaixamento ou humilhação virou um pedaço do meu orgulho e um dos motivos pelo qual permaneço e permanecerei na educação e na arte; ainda que lentamente e ainda que as vozes negativas ainda ecoem alto em minha cabeça, esse lugar é meu. Mesmo que eu precise trabalhar. Mesmo que falte dinheiro. Mesmo que eu não tenha os materiais mais caros ou todo o conhecimento do mundo. Mesmo que meu sobrenome não tenha sido dado pela elite. Cheguei até aqui e não pretendo sair; na verdade, pretendo avançar e quero cada vez mais ver os que vieram das mesmas ruas que eu avançando também. E vou em frente falando, gritando cada vez mais alto que nós não vamos embora e quero ouvir as vozes dos meus dizendo o mesmo. Que vamos nos ajudar, que vamos nos formar, que vamos criar, que vamos expor nossas vozes, histórias e também cada parte podre da estrutura que tenta nos tirar daqui até que o incômodo atinja nossos algozes. Até que eles se sintam sem forças de tentar nos parar.

A arte é de todos nós.

A educação é de todos nós.

A universidade pública é de todos nós.

E se hoje ainda é difícil que aceitem isso, vamos continuar incomodando até que sintam vergonha de tentar nos fazerem acreditar no contrário.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Sinto que os professores não entendem a nossa necessidade de se formar, a importância de um diploma pra conseguir um trabalho melhor e conseguir ter uma vida financeiramente estável.”

“Cansativo demais. E tanto professores quanto patrões não entendem as condições que muitas vezes chegamos no trabalho e/ou aulas.”

Relato colhido em entrevista - realizada entre julho e outubro de 2024.

Ao fim desse estudo, é possível ver que a Universidade Pública segue presa às estruturas elitistas que moldaram esse espaço desde o início da sua história no Brasil. Apesar do avanço no ensino superior gratuito, a exclusão de discentes de baixa renda e principalmente, dos que recorrem à estágios ou empregos CLT para se manter, é algo presente no dia a dia, tanto em falas de docentes e outros funcionários, quanto em atitudes de outros estudantes que pertencem à parcelas privilegiadas. É interessante ressaltar também que o preconceito de classes anda lado a lado com outras formas de discriminação e é urgente que comecemos a falar dessa situação para dismantelar essa escada de preconceitos que se faz presente em todos os espaços sociais.

Essa movimentação, como visto na análise teórica, pode ser entendida como parte das estruturas estruturantes de nossa sociedade trabalhando para manutenção do poder, uma vez que manter o pobre fora da Academia garante aos ricos a dominação dos mesmos e uma mão de obra barata. E como alcançar algo além disso?

Um termo muito interessante que apareceu ao longo dessa pesquisa foi “andragogia” que vem das palavras gregas *andros*= adulto e *agogós*= ensinar que se refere ao ato de ensinar pessoas adultas e as especificidades disso. Dentro deste processo, diz-se que devemos levar em conta diversos fatores para que o discente tenha uma boa formação, entre eles, valorizar a experiência anterior daquela pessoa e o contexto do qual ela veio; a colaboração entre o corpo docente e discente e claro, as particularidades que esses estudantes tem, como por exemplo, a obrigação de trabalhar e como adaptar os encontro pedagógicos dentro dessa rotina. Trabalhar a andragogia é um dos caminhos para que possamos melhorar outros aspectos da educação, pois são alguns desses adultos que estarão em sala de aula formando outros jovens que podem quebrar o ciclo no qual nos encontramos presos.

Para atingir um ensino que atenda essas questões e se adeque aos discente, ainda falta muito debate para que essas bases excludentes sejam de fato expostas e confrontadas como um problema atual e muito presente que precisa de uma solução, pois o projeto de afastar o pobre da universidade pública vem desde o ensino básico e quando mesmo contrariando o sistema esse espaço é atingido, cria-se um ambiente hostil que destrói fisicamente e psicologicamente seu público.

É urgente que a consciência de classe e o reconhecimento da realidade da maioria da população saia de discursos bonitos e seja posto em prática dentro das faculdades gratuitas. Horários flexíveis, auxílios condizentes com a realidade financeira exigida nas cidades e acesso facilitado são parte do que falta para que o ensino superior possa de fato receber e manter as classes menos abastadas produzindo conhecimento e ascendendo. E é necessário que cada um que precisa travar lutas diariamente para conseguir garantir o direito de ter uma formação fale, grite e exponha as falhas dessas instituições que agora deveriam ser nossas também.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Diogo. Dificuldades financeiras limitam permanência de estudantes no ensino superior. **Correio Braziliense**, Brasília, 09 abr 2023. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2023/04/5085024-os-desafios-da-permanencia-estudantil.html>. Acesso em: 10 nov. 2024.

BERNARDO, Nairim. A história do Ensino Superior Brasileiro. **ICQ - Observatório de Políticas Científicas**, São Paulo, 26 set 2022. Disponível em: <https://iqc.org.br/observatorio/artigos/educacao/a-historia-do-ensino-superior-brasileiro/>. Acesso em: 19 set. 2024.

BORDIEU, Pierre. É possível um ato desinteressado?. Tradução: Mariza Corrêa. In: BORDIEU, Pierre. **RAZÕES PRÁTICAS: Sobre a teoria da ação**. 9ª edição. Campinas, SP - 1996. Editora Papirus. Capítulo 5 - p. 137-156. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3005706/mod_resource/content/0/Pierre_Bourdieu%20-%20Raz%C3%B5es%20Pr%C3%A1ticas.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.

COELHO, Sintia Said; VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. A CRIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: O DESAFIO TARDIO NA AMÉRICA LATINA. Apresentado no IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, Florianópolis: 25-27 nov. 2009. P. 1-10. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/37012/A%20cria%C3%A7%C3%A3o%20das%20institui%C3%A7%C3%B5es%20de%20ensino%20superior%20no%20Brasil%20O%20desafio%20tardio%20na%20Am%C3%A9rica%20Latina.pdf?sequence=1>

DE MORAES CAMPOS, D. A crítica ao elitismo da universidade brasileira por Álvaro Vieira Pinto no “pré-1964”. **Revista Espaço Livre**, [S. l.], v. 11, n. 22, p. 50–60, 2022. Disponível em: <https://redelp.net/index.php/rel/article/view/440>. Acesso em: 18 ago. 2024.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. 6 - **Acta Cirúrgica Brasileira** - Vol 17 (Suplemento 3), São Paulo, 2002. P. 1-3. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/acb/a/8jQH56v8cDtWGZ8yZdYjHHQ/?format=pdf&lang=pt>

MEC. Expansão e desconcentração das universidades federais, 2023. Mapa, color. 266.3 kb. Formato JPEG. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/expansao/images/APRESENTACAO_EXPANSAO_EDUCACAO_SUPERIOR14.pdf

RIBEIRO, Darcy. A UNIVERSIDADE NECESSÁRIA. Série “ESTUDOS SOBRE O BRASIL E A AMÉRICA LATINA; - Volume 7”. Rio de Janeiro, 1969. Editora Paz e Terra. Acesso em 23 jul 2024. Disponível em: https://resistir.info/livros/d_ribeiro_univ_necessaria.pdf. Acesso em: 22 jul. 2024.

SAVIANI, Dermeval. O FUTURO DA UNIVERSIDADE ENTRE O POSSÍVEL E O DESEJÁVEL. Apresentado no Fórum “Sabedoria Universitária”, Campinas, SP. 2009. P. 1-9. Disponível em:

<https://doceru.com/doc/nevxex5x>

SOUZA, Dominique Guimarães de; MIRANDA, Jean Carlos; SOUZA, Fabiano dos Santos. Breve histórico acerca da criação das universidades no Brasil. **Revista Educação Pública**, ISSN: 1984-6290, v. 19, nº 5, 12 mar 2019. Disponível em:

<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/5/breve-historico-acerca-da-criacao-das-universidades-no-brasil>. Acesso em: 17 set 2024.

SOUZA, Rafael Benedito de. FORMAS DE PENSAR A SOCIEDADE: O CONCEITO DE HABITUS, CAMPOS E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA EM BOURDIEU. **Revista Ars Historica**, ISSN 2178-244X, nº 7, Rio de Janeiro, Jan/Jul 2014, p. 1-13. Disponível em:

<https://revistas.ufrj.br/index.php/ars/article/download/45305/24367#:~:text=O%20que%20Bourdieu%20quer%20dizer,acordo%20com%20sua%20pr%C3%B3pria%20estrutura>.

QoT. Imagem sem título, 2021. Fotografia, color. 26.7kb. Formato JPEG. Disponível em:

<https://x.com/quebrandootabu/status/1356656125240692736>